

A EVOLUÇÃO DO LIVRE ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

De iniciativas individuais que desportaram no início dos anos 90 com o desenvolvimento das TIC, o movimento em favor do Livre Acesso à informação científica gerou uma inesperada mobilização dentro da comunidade científica internacional. Mobilização que, se inicialmente se traduziu pelas tomadas de posição de grupos de pesquisadores, hoje soube ganhar a adesão de muitas instituições e agências governamentais e internacionais interessadas na comunicação científica.

Essas primeiras iniciativas, pensadas para facilitar o acesso aos resultados da pesquisa através do desenvolvimento de arquivos abertos livremente consultáveis *on line* – como arXiv.org, primeiro servidor desse tipo, implantado por Paul Ginsparg em Los Alamos, na área da física – ou pela criação de revistas científicas eletrônicas de acesso gratuito, receberam na seqüência o apoio de comunidades não só de pesquisadores como também de bibliotecários que perceberam nesses novos modos de difusão dos conhecimentos uma solução para a “*serial crisis*” provocada pelos aumentos recorrentes dos custos de assinatura dos periódicos científicos – aumentos amplamente superiores aos das verbas para aquisição dessas mesmas instituições.

O modelo arXiv.org inspira a *Open Archives Initiative*, cuja criação, por pessoas próximas de Ginsparg, é objeto da **Convenção de Santa Fé** em 1999 e que desenvolve em seguida os dispositivos técnicos que permitem a interoperabilidade dos diferentes arquivos, principalmente pelo *Protocole for Metadata Harvesting* (OAI-PMH).

Essa intenção de facilitar o acesso aos resultados da pesquisa levará a **Public Library of Science (PLoS)** americana a lançar em 2001 um manifesto cujo objetivo é incentivar os pesquisadores a só publicarem com editores que aceitem que os

artigos possam, nos seis meses seguintes a sua publicação em revistas tradicionais, ser arquivados paralelamente em servidores de livre acesso. Apesar do número significativo de assinaturas (cerca de 30.000), o manifesto lançado pela PLoS não obtém os resultados esperados. Como o boicote aos editores se mostra de difícil execução, a própria PLoS se propõe a lançar-se na publicação científica.

Em 2002, uma outra iniciativa con-federadora reativa o debate: a **Iniciativa de Budapeste para o Acesso Aberto**, lançada pelo **Open Society Institute** com o apoio da fundação Soros. Além de seu sucesso na mídia, essa operação estabelece os fundamentos do que se tornará o movimento em favor do Livre Acesso (*Open Access*): disponibilização *on line*, gratuita e sem restrições, dos resultados da pesquisa. Para isso são propostas duas estratégias complementares: por um lado, auto-arquivamento em arquivos abertos, a serem criados segundo o modelo de arXiv.org; e por outro lado, criação de revistas alternativas e apoio às revistas existentes que desejarem direcionar-se para esse novo modelo.

Essa “institucionalização” vai prosseguir por meio de outros atos “fundamentadores” que, sempre respeitando o espírito

das primeiras declarações, vão fazer avançar a reflexão, empenhando-se em definir a noção de edição em livre acesso, propondo um certo número de protocolos para interoperabilidade dos arquivos, bem como especificando o papel dos diversos agentes da comunicação científica.

Entretanto será preciso esperar outubro de 2003 e a **Declaração de Berlim sobre o livre acesso ao conhecimento em ciências exatas, biociências, ciências humanas e sociais** para assistir à tomada de posição de instituições e organismos governamentais que se comprometem a apoiar o Livre Acesso. Uma *première* à qual vem somar-se outra novidade: a noção de Livre Acesso é estendida à totalidade dos dados produzidos pela pesquisa (dados brutos, fatuais, documentos multimídia etc) e não mais unicamente aos artigos científicos.

Apoiando-se na Declaração de Berlim (e exibindo signatários tais como o **Max Planck Gesellschaft**, o **CNRS**, o **Inserm**), um dos grupos de trabalho, ligado à sociedade civil, introduzirá a questão do Livre Acesso por ocasião da primeira **Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI)** (ver *França Flash* n.º 38), que se realizou com o patrocínio da **ONU** em dezembro de 2003. Consegue-se por fim que o apoio às

ALGUNS MARCOS*

| | |
|-------------------------|---|
| outubro de 1999 | Lançamento da <i>Open Archives Initiative</i> , pela Convenção de Santa Fé |
| início de 2001 | Carta aberta da Public Library of Science (PLoS) |
| 14 de fevereiro de 2002 | Iniciativa de Budapeste para o Acesso Aberto |
| 30 de outubro de 2002 | Carta ECHO |
| 11 de abril de 2003 | Declaração de Bethesda |
| 27 de agosto de 2003 | Posicionamento da Association of Learned and Professional Society Publishers (ALPSP) |
| 22 de outubro de 2003 | Declaração de Berlim sobre o Livre Acesso ao Conhecimento em Ciências Exatas, Biociências, Ciências Humanas e Sociais |
| novembro de 2003 | Declaração de princípios do Wellcome Trust em apoio à edição em livre acesso |
| 4 de dezembro de 2003 | Posicionamento do InterAcademy Panel sobre o acesso à informação científica |
| 5 de dezembro de 2003 | Declaração do IFLA sobre o livre acesso à literatura científica e aos documentos da pesquisa |
| 12 de dezembro de 2003 | Declaração de princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (SMSI) |
| 15 de janeiro de 2004 | Declaração de Valparaíso para uma melhor comunicação científica por suporte eletrônico |
| 30 de janeiro de 2004 | Declaração da OCDE sobre o acesso aos dados da pesquisa financiada por fundos públicos |
| 16 de março de 2004 | Princípios de Washington D. C. para o livre acesso à ciência |
| 30 de julho de 2004 | Publicação do relatório do comitê do parlamento britânico sobre edição científica |

* Os principais documentos citados encontram-se disponíveis no site do INIST – CNRS sobre atualidades em livre acesso: <http://www.inist.fr/openaccess>

iniciativas favoráveis ao Livre Acesso esteja entre as recomendações emitidas ao término dessa cúpula, cuja segunda fase prosseguirá em dezembro de 2005 em Túnis.

Embora não tenham força jurídica, essas recomendações não deixam de constituir um sinal marcante em favor do Livre Acesso. Ademais, o trabalho de esclarecimento efetuado pelos membros do grupo de trabalho da sociedade civil junto às diversas delegações nacionais (mais de 150) mostrou as vantagens desses novos modelos de comunicação científica tanto para países altamente industrializados como para os países em desenvolvimento, que, além das possibilidades de acesso aos resultados da pesquisa dos países do Hemisfério Norte, vêm também uma oportunidade de valorizar os trabalhos de suas próprias equipes de pesquisa, graças a uma visibilidade maior.

De fato, a questão da visibilidade logo se colocou no centro dos debates em torno do Livre Acesso. Como os processos de avaliação da pesquisa fundamentam-se essencialmente no estudo dos fatores de impacto atribuídos às revistas científicas, por enquanto as revistas rotuladas como de livre acesso sofrem de “juventude” e pouco dispõem de fatores de impacto.

Entretanto, o processo de seleção e validação dos artigos publicados atende às mesmas exigências de qualidade das revistas tradicionais, pela validação dos pares. Além disso, **estudos recentes** indicam que as revistas alternativas, assim como a disponibilização de artigos em arquivos abertos, oferecem – devido ao modo de acesso – maior visibilidade a seus autores.

Outro ponto que ainda é polêmico: o modelo econômico proposto por essas novas revistas. Enquanto os periódicos tradicionais continuam a seguir um modelo do tipo “leitor-pagador”, as revistas em livre acesso propõem um modelo “autor-pagador” que garante a gratuidade do acesso a esses títulos mas requer dos organismos e instituições de pesquisa um financiamento para a publicação. Uma observação a ser atenuada no caso dos arquivos abertos cujo desenvolvimento se mostra comedido com relação a meios tanto humanos como financeiros.

Portanto, para os financiadores da pesquisa, o apoio a iniciativas desse tipo implica em um período de transição durante o qual os custos de acesso somam-se aos custos de publicação, ainda que, a médio prazo, seja válido pensar que a massa de

O QUE PENSA O EXPERT

Os fatos demonstram que os *Open Archives* (OA) estão em vias de se consolidar, promovendo mudanças significativas nos paradigmas da comunicação científica. Essa iniciativa preconiza um conjunto de ideais e facilidades que visa a aperfeiçoar a pesquisa e a disseminar, de forma aberta (*Open Access*), seus resultados com maior rapidez, amplitude e transparência. Constituem-se basicamente de resultados de pesquisas, normalmente financiadas pelo governo, razão pela qual se recomenda a sua publicação em repositórios de livre acesso (AL).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) aderiu à iniciativa desde a sua origem. A partir daí, técnicos do Instituto vêm pesquisando tecnologias baseadas nesse modelo. A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) o utiliza, promovendo o acesso livre aos seus conteúdos. O uso de OA permitiu ao IBICT integrar bibliotecas digitais de teses e dissertações, com tecnologias distintas. A experiência demonstrou alto nível de interoperabilidade entre as tecnologias desenvolvidas pelo IBICT e aquelas supramencionadas. Recentemente, devido à adoção de OA, a BDTD teve os seus metadados coletados pela NDLTD¹, pela [Universidade de Chile](#) e pelo [Ministério do Meio Ambiente](#).

O êxito da experiência estimulou o IBICT a desenvolver outras ferramentas baseadas em OA, tais como o [Diálogo Científico](#), o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), o *Open Conference System* e o DSPACE (www.ibict.br).

Do ponto de vista da comunicação científica, surgem questões como direitos autorais, fator de impacto e preservação digital.

Os direitos autorais são preservados na medida em que o documento submetido a um repositório ou publicação eletrônica tem o seu registro, indicando a data da sua submissão. Assim como em qualquer publicação impressa, garantem-se os direitos do autor.

Quanto ao fator de impacto, apesar da “juventude” dos repositórios de OA, começam a surgir estudos² indicando que os artigos publicados, que os seus autores auto-arquivaram em repositórios de AO, são de duas a três vezes mais citados que aqueles cujos autores não auto-arquivaram uma versão OA. O fato é que um repositório de OA está disponível na *web* e pode ser acessado por qualquer usuário da rede, enquanto uma revista ou repositório não-OA é lida apenas por seus assinantes ou por quem, de alguma forma, pode acessá-la(o). Verifica-se, portanto, que um incremento no acesso gera um incremento no fator de impacto.

Com relação à preservação digital, um dos princípios estabelecidos pela *Open Archives Initiative* (OAI) é que seus repositórios sejam de longo termo, seguindo normas internacionais de preservação digital. Concluindo, os inúmeros manifestos em favor dos OA e do Acesso Livre à informação e ao conhecimento, as indicações otimistas verificadas nos estudos e comparações, em termos de análises de citações, entre aquilo que é publicado em repositórios OA e não-OA, apesar da “juventude” dos OAI, dão uma perspectiva bastante otimista com relação ao futuro dos arquivos abertos e do acesso livre à informação científica. Trata-se de um modelo que pode vir a beneficiar países em desenvolvimento.

Hélio Kuramoto, Coordenador Geral de Projetos Especiais,

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. E-mail: kuramoto@ibict.br

¹ Networked Digital Library of Thesis and Dissertation

² Harnad, Steven; Brody, Tim. Comparing the Impact of Open Access (OA) vs Non-Open Access (OA) Articles in the Same Journal. *D-Lib Magazine* 10 (6) June. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/june04/harnad/06harnad.html>, em 20/09/2004.

informação em livre acesso permitirá que as instituições públicas reduzam as verbas destinadas à aquisição de periódicos.

Apesar das indagações que suscita (a que se acrescentam também problemas de ordem jurídica), o conceito de Livre Acesso leva cada vez mais Estados e instituições a estudarem de perto as modalidades de integração desses novos modelos no processo de comunicação científica. Assim, a Câmara dos Comuns britânica lançou durante o verão de 2004 uma **enquete** cujas conclusões – favoráveis ao Livre Acesso – já estão

disponíveis. Na França, o CNRS e o Inserm, paralelamente com o grupo de signatários da Declaração de Berlim, procuram apoiar as iniciativas de suas equipes que se encaixam nesse sentido. Último exemplo: nos Estados Unidos, o **National Institute of Health** acaba de anunciar uma nova política que introduz a obrigação de tornar disponíveis em livre acesso os resultados dos projetos de pesquisa que ele financia.

Contato

Francis André - INIST/CNRS

E-mail: openaccess@inist.fr